

As formas históricas da superexploração da força de trabalho e a dialética da dependência latino-americana

Camilla dos Santos Nogueira

Universidade Federal do Espírito Santo/FAPES, Brasil.

Correo electrónico: camilladossantosnogueira@gmail.com

Las formas históricas de la superexplotación de la fuerza de trabajo y la dialéctica de la dependencia latinoamericana

The forms of historical workforce overexploitation and dialectics of Latin American dependency

Enviado: 15 de junio de 2016

Aceptado: 11 de octubre de 2016

RESUMO

As trocas desiguais e a transferência de valor surgem na teoria de Ruy Mauro Marini como a origem da dependência dos países periféricos. Já os mecanismos de superexploração da força de trabalho aparecem como a forma de recuperação de valor perdido no âmbito do comércio internacional, e se apresentam através do aumento da intensidade do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e pela apropriação, por parte do capitalista, de parcela do fundo de consumo do trabalhador. Feita a recuperação teórica dessas duas categorias chaves da teoria da dependência marxista – trocas desiguais e superexploração da força de trabalho – o presente artigo se dedica a explicar como se conjugam as formas históricas da superexploração da força de trabalho e os modelos latino-americanos de desenvolvimento econômico, enfatizando o neoliberalismo, como a atual forma histórica da dependência, cuja superexploração aparece por meio da informalidade, flexibilidade e desregulamentação do trabalho.

Palavras-chaves: trocas desiguais, dependência; superexploração da força de trabalho.

JEL: B51, F02 e O10

RESUMEN

En la teoría de Ruy Mauro Marini se plantea que el intercambio desigual y las transferencias de valor son el origen de la dependencia de los países periféricos. Los mecanismos de superexplotación de la fuerza de trabajo aparecen como una forma de recuperación de la pérdida de valor en el comercio internacional y se presenta mediante el aumento de la intensidad del trabajo, la extensión de la jornada laboral y la apropiación de una porción del fondo de consumo del trabajador por parte del capitalista. Realizada la recuperación teórica de estas dos categorías fundamentales de la teoría de la dependencia marxista - el intercambio y la superexplotación de la fuerza de trabajo desigual - este artículo está dedicado a explicar cómo se pueden combinar las formas históricas de la superexplotación de la fuerza de trabajo y los modelos de desarrollo económico de América Latina, haciendo hincapié en el neoliberalismo, como la actual forma de la dependencia, cuya superexplotación aparece a través de la informalidad, la flexibilidad y la desregulación del trabajo.

Palabras claves: intercambio desigual; dependencia; superexplotación de la fuerza de trabajo.

JEL: B51, F02, O10

ABSTRACT

Unequal exchanges and the transfer of value arise in Marini's theory as the origin of the dependence of peripheral countries. Already the overexploitation mechanisms of the labor force appear as the form of lost value recovery in international trade, and present by increasing the intensity of work, extension of working hours and the appropriation by the capitalist, portion of the worker's consumption fund. Once the theoretical recovery of these two key categories of the theory of Marxist dependency - unequal exchange and overexploitation of the workforce - this article is dedicated to explaining how to combine the historical forms of overexploitation of the workforce and the Latin American development models economic, emphasizing neoliberalism, as the current historical form of dependence, whose overexploitation appears through the informality, flexibility and deregulation of work.

Key word: unequal exchange, dependency; overexploitation of the workforce.

JEL: B51, F02, O10

INTRODUÇÃO

Ruy Mauro Marini, em *Dialética da Dependência* (2005), aponta a superexploração da força de trabalho, como a característica estrutural inerente à condição dependente dos países da periferia em relação aos países do centro do capitalismo mundial. O conceito de superexploração da força de trabalho, como parte da teoria do valor, é um dos mais complexos dentro da economia política marxista. Para sua melhor compressão, é necessário entender a articulação entre os níveis da produção e da circulação. Tal articulação explica os efeitos resultantes da concorrência capitalista estabelecidas em nível mundial. Para tanto, recuperaremos a teoria marxista que é indispensável para o tratamento da real dinâmica de funcionamento do sistema capitalista de produção e, conseqüentemente, da explicação dos fenômenos que configuram e caracterizam a condição dependente. Esse será o caminho que nos permitirá esclarecer a formulação da categoria superexploração da força de trabalho, realizada por Marini e por alguns teóricos contemporâneos da dependência.

A hipótese apresentada no presente artigo é a de que os determinantes da superexploração da força de trabalho encontram-se na forma dependente que a América Latina se inseriu no mercado mundial, e está presente ao longo de sua formação econômica e social. O objetivo do artigo é demonstrar que a categoria superexploração da força de trabalho dá conta de explicar as especificidades da América Latina, no que

concerne à sua inserção no mercado mundial. O que pretendemos assinalar no presente artigo é que, para aumentar a massa de valor produzida, o capitalista deve necessariamente lançar mão de uma maior exploração da força de trabalho, seja através do aumento de sua intensidade, seja mediante a prolongação da jornada de trabalho, ou por meio da apropriação, de parcela do fundo de consumo do trabalhador, ou seja, finalmente combinando os três procedimentos.

O texto apresenta uma limitação que orienta seus contornos analíticos. A primeira diz respeito ao caráter generalista da análise referente à América Latina. À parte as semelhanças nos processos de desenvolvimento, a região foi palco de uma grande diversidade de particularidades históricas que não serão abordadas. Nesse sentido, não é pretensão deste estudo atribuir, de maneira rígida e absoluta, as relações estruturais identificadas na articulação entre os modelos de desenvolvimento e a superexploração da força de trabalho. Contrariamente, pretende-se caracterizar os movimentos e tendências estruturais inerentes às lógicas internas dos modelos, com base na experiência histórica da região. A compreensão das realidades nacionais, em exercícios posteriores, sugere a necessidade de relativização do marco analítico geral desenvolvido neste texto, conforme as especificidades socioeconômicas e políticas do processo de desenvolvimento de cada país.

1. “O SEGREDO DAS TROCAS DESIGUAIS” E A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Poucos temas na história do pensamento econômico têm sido tão controvertidos como a relação entre países periférico-dependentes e países centrais. Na América Latina, as discussões vêm ocorrendo desde anos 1950, e terá com a teoria marxista da dependência uma leitura crítica e não dogmática dos processos de reprodução do subdesenvolvimento na periferia do capitalismo mundial, em contraposição às posições marxistas convencionais dos partidos comunistas e à visão estabelecida pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Para a teoria marxista da dependência, a caracterização dos países em “atrasados” decorre da relação de dependência entre países centrais e países periféricos. A dependência, como bem destacou Marini (2005), não era forjada pela condição agrário-exportadora ou pela herança pré-capitalista dos países subdesenvolvidos, mas pelo padrão de divisão internacional do trabalho do capitalismo moderno, determinado

pelo imperialismo (Theotonio, 1978). A divisão se dá entre países cujos capitais centralizam o processo de acumulação capitalista mundial e possuem parques industriais baseados em tecnologia avançada, que lhes permite expandir e se autossustentar; e países que transferem valor, e são fornecedores de mão de obra e recursos naturais baratos e que possuem parques industriais especializados em produtos de baixo valor agregado e/ou tecnologia. Desse modo, observa-se a configuração da dependência à medida que o desenvolvimento de certas partes do sistema ocorre à custa do subdesenvolvimento de outras.

Para Osorio (2016: 500), “O ponto de partida qualitativamente diferenciado sobre os valores de uso possíveis de produzir por umas e outras economias não é um assunto de importância menor”, dado que produzir bens industriais potencializa o surgimento de ramos e setores complementares, além do constante desenvolvimento das forças produtivas, enquanto que a produção de matérias-primas e alimentos ocorre de maneira restrita, sem estímulos à formação de redes de produção internas, limitando-se a níveis reduzidos de desenvolvimento das forças produtivas.

É certo que a origem do processo de dependência ocorre na dinâmica das trocas internacionais, à medida que o intercâmbio entre os países é realizado de maneira desigual. Os tipos de valores de uso produzidos e trocados serão determinantes para criar brechas entre os países centrais e periféricos (Osorio, 2016), mas não será suficiente para a compressão da produção de valor das mercadorias trocadas no âmbito do comércio internacional.

O valor, enquanto relação social produzida no seio do capitalismo, é criado por meio do trabalho social e se expressa através da produção de valores de uso e valores de troca. Os valores de troca, ou magnitudes do valor, expressam-se na forma preço e na forma dinheiro. A forma preço se apresenta como preço de produção (em nível de abstração) e preço de mercado, e expressa as formas que o capital dispõe para burlar a lei do valor¹ e transferir valores na dinâmica das trocas internacionais, dado que na dinâmica capitalista, o preço gravita em torno do valor, e apenas em algumas situações, preço e valor se igualam. Assim como afirma Marini (2005: 151): “Na prática, observa-

¹ A Lei do valor na qual as trocas de mercadorias expressam a troca de equivalente, e o valor é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário. Existe um longo e intenso debate sobre a vigência ou não da lei do valor, que não será realizado no presente trabalho, por falta de espaço.

se diferentes mecanismos que permitem realizar transferências de valor, passando por cima das leis da troca, e que se expressa na forma como se fixam os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias”.

Nesta primeira digressão, é possível apontar duas conclusões iniciais. Em primeiro lugar, que, para entender o intercâmbio desigual, é importante analisar o que se produz, mas também o preço do que é produzido, para assim entender, a partir do sentido da totalidade, as formas como as mercadorias produzidas na periferia alcançam o mercado internacional. Por outro lado, as aclarações para o intercâmbio desigual não serão encontradas em explicações simplistas como a lei da oferta e demanda, pois, apesar da concorrência influenciar decisivamente na fixação de preços, essa lei oculta a essência do fenômeno, assentado na exploração capitalista internacional (Marini, 2005). Marini recorrerá à dinâmica do processo concorrencial em Marx (2009d), desenvolvida no Livro III, na qual a autor apresenta a configuração da lei do valor no âmbito da circulação de capitais.

Marx (2009d: 195) formula o esquema de concorrência para esclarecer a dinâmica do processo de transferência de valor entre capitais do mesmo setor e entre capitais de setores diferentes, que se articula com a análise da tendência decrescente da taxa de lucro². A partir desse esquema marxiano é que Marini (2005: 145) explicará como se formula o “segredo da troca desigual”, a raiz do processo de dependência. Nas próximas linhas, sistematizaremos o esquema de Marx, trançando aspectos comuns com a realidade concreta, no seio da concorrência do mercado internacional.

A concorrência no sistema capitalista ocorre de maneira distinta quando analisada entre setores ou dentro de um mesmo setor. As diferenças se referem não apenas à forma como é operacionalizada a concorrência, mas, principalmente, aos resultados que ambos os níveis de análise oferecem, dado que a concorrência produz dois movimentos distintos de equalização. Para os capitais dentro de uma mesma indústria, o processo concorrencial tende a estabelecer um único preço de venda, ainda que as condições de produção das firmas sejam diferentes. Enquanto isso, para os capitais em diferentes esferas de produção, o processo concorrencial tende a equalizar

² Esta lei tem provado uma enorme controvérsia nas discussões sobre o processo de acumulação do capital e, as divergências na sua interpretação têm levado a diferentes posicionamentos a respeito das crises do capitalismo, dos determinantes do progresso técnico, do papel do exército industrial de reserva, etc., no entanto, essa controvérsia mereceria um trabalho exclusivo, por tal motivo não a abordaremos aqui.

as taxas de lucro setorial. Interessa-nos explicar em que medida a concorrência determinará a condição de dependência dos países periféricos, dado que é através do processo concorrencial que as leis intrínsecas do capitalismo se manifestam.

Além da transferência de valor entre empresas, a concorrência intrasetorial incorrerá em redução do preço e, por conseguinte, queda da taxa de lucro média. Esse resultado está relacionado à primeira lei geral do processo de produção da riqueza apontada por Marx (Amaral; Carcanholo, 2012), que indica que, devido ao processo de concorrência em busca da mais-valia extra, as empresas procuram incessantemente aumentar sua produtividade, gerando queda do valor de mercado das mercadorias, dado o excesso de mercadorias e, portanto, a queda na taxa de lucro das empresas pertencentes ao setor em questão.

Entre os resultados derivados da concorrência intersetorial, pode-se observar dois efeitos que estão intrinsecamente relacionadas: a formação do lucro médio e as transferências de valores entre setores. Os diferenciais de rentabilidade e a concorrência entre setores causam a transferência de capital, de um setor a outro que, por sua vez, impacta o nível de oferta das indústrias. Essa variação de oferta, por outro lado, afeta os níveis de preço e, por conseguinte, induz à equalização das taxas de lucros. A forma encontrada para solucionar a redução da taxa de lucro se encontra, entre outros meios, na própria transferência de valores via mercado mundial, que beneficiará as empresas que possuem alta composição orgânica do capital em detrimento às de baixa produtividade.

Marx (2009d: 303) afirma que a expansão dos países centrais em direção às regiões menos desenvolvidas do mundo é uma das formas criadas por tais economias capitalistas para contrariar a tendência decrescente da taxa de lucro³, dado que o capitalismo não encontra, em suas relações de produção, o mercado necessário para seu desenvolvimento, razão que o leva à conquista do mercado mundial. A queda da taxa de lucro é contrarrestada através das trocas não equivalentes no comércio externo, mediante as quais os empresários dos países capitalistas desenvolvidos, ao exportar suas mercadorias para os países coloniais e dependentes, auferem super lucros. Desse modo, Marini (2005: 148) esclarece que “[...] a América Latina não só alimenta a expansão

³ Marx apresenta cinco fatores que ele considera como os mais importantes para contrarrestar a queda da taxa de lucro: aumentar o grau de exploração do trabalho, a compressão salarial baixo do seu valor, ou redução dos elementos do capital constante, o excedente relativo, além da expansão comércio exterior, desfavorável para as colônias (Marx, 2009d).

quantitativa da produção capitalista nos países industriais, mas também contribui para que sejam superados os obstáculos que o caráter contraditório da acumulação de capital cria para essa expansão”.

Será o estímulo ao comércio exterior que permitirá aos países centrais recuperar a mais-valia absoluta, por meio da mais-valia relativa, ou seja, através da redução dos preços de bens salários e aumento da produtividade. Através dessa expansão, é possível ampliar a escala de produção, reduzir o custo de matérias-primas e dos produtos necessários para manter e reproduzir a força de trabalho, reduzindo seu valor real, e mantendo os salários em níveis muito baixos. Assim, é possível aumentar a taxa de lucro, reduzindo a composição orgânica do capital, o que constitui uma contra tendência operada sobre a tendência a queda da taxa de lucro.

Já as empresas de baixa composição orgânica e baixa produtividade, própria de empresas de países periféricos, além de não conseguir criar uma demanda interna para realizar a venda de seus produtos, têm os preços de seus produtos depreciados e desvalorizados, em decorrência do processo de concorrência intrasectorial (diminuição da mais-valia absoluta) e intersectorial (transferência de valor). Por conseguinte, a deterioração dos termos de troca indica outro aspecto das trocas desiguais, à medida que se troca mais horas de trabalho por menos horas de trabalho, o que, para Marini (2005: 149), “Trata-se do fato suficientemente conhecido de que o aumento da oferta mundial de alimentos e matérias-primas tem sido acompanhado da queda dos preços desses produtos, relativamente aos preços alcançados pelas manufaturas”.

A concorrência intrasectorial reduzirá a massa de mais-valia absoluta dos setores de bens-salários, gerada em função de ampliações na produtividade e na concorrência intersectorial para esse setor específico de produção. Portanto, para o setor de bens-salários, existem aspectos das concorrências intrasectorial e intersectorial que determinam que seus preços sejam fixados abaixo do valor de suas mercadorias, sendo determinantes para entender a maneira como os países periféricos estão inseridos no comércio internacional.

Essa forma específica que o capitalismo assume na periferia uma espécie de “capitalismo incompleto”, que Marini denomina *sui generis* (2005: 138), ocorre porque parte do excedente gerado nestes países é enviada para o centro, devido à deterioração dos termos de troca, e na forma de lucros, juros, patentes, *royalties*, não sendo, portanto, realizada internamente. Portanto, a recorrente transferência de valor, na qual a mais-

valia produzida na periferia é apropriada e acumulada no centro, realizada de diversas formas, impede a acumulação interna de capital nos países da periferia.

A pergunta que surge a partir da explanação supracitada é: então, por que razão países com capitais de menor nível produtivo se mantêm no mercado mundial? A resposta para essa pergunta consiste na *dialética da dependência*, como explica Marini:

Desenvolvendo sua economia mercantil, em função do mercado mundial, a América Latina é levada a reproduzir em seu seio as relações de produção que se encontrava na origem da formação desse mercado, e determinavam seu caráter e sua expansão. Mas esse processo estava marcado por uma profunda contradição: chamada para contribuir com a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, a América Latina teve de fazê-lo mediante uma acumulação baseada na superexploração do trabalhador. É nessa contradição que se radica a essência da dependência latino-americana (2005:162).

Apesar das contradições se exacerbarem no âmbito na circulação e da concorrência, o entendimento da *dialética da dependência* está presente no âmbito da produção, onde se encontra a essência da acumulação capitalista, dado que a única possibilidade de compensação das perdas é a de que o preço da força de trabalho seja também fixado abaixo de seu valor, portanto através da superexploração da força de trabalho. Essa expropriação de valor só pode ser compensada e incrementada no próprio plano da produção, justamente através da superexploração, e não no nível das relações de mercado, por meio de desenvolvimento da capacidade produtiva (Marini, 2005).

A *dialética da dependência* é que o explica, nesse plano da análise, que a oferta mundial de matérias-primas e alimentos aumente à medida que se acentua a margem entre seus preços de mercado e o valor real da produção. Destarte, a dinâmica do intercâmbio desigual ao culminar em superexploração da força de trabalho, e não em estruturas capazes de romper com os mecanismos de transferência de valor, implica necessariamente numa distribuição regressiva de renda e riqueza e em todos os agravantes sociais já conhecidos desse processo. Dadas essas características estruturais da dependência, a intenção é a de identificar os aspectos que explicam o recurso à superexploração do trabalho na periferia para dar prosseguimento ao seu processo interno de acumulação.

2. A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Como explicado anteriormente, na *dialética da dependência*, os países periféricos, nos quais o setor produtor de bens-salários é predominante, compensarão a

perda da mais-valia por meio da superexploração da força de trabalho, no entanto se faz necessário apresentar algumas distinções relevantes. Marx (2009a;2009b), quando formula a categoria mais-valia⁴, destaca que o trabalho é o processo de consumir o valor de uso da força de trabalho, enquanto que a força de trabalho é a capacidade de trabalhar. Portanto, o trabalhador vende ao capitalista sua força de trabalho, e não o seu trabalho, mas sim sua capacidade de trabalhar. Essa distinção esclarece a relação da superexploração com a força de trabalho, e não com o trabalho em sentido restrito.

Outra distinção relevante é a diferença entre exploração e superexploração da força de trabalho. Osorio (2009b) explica que a superexploração não implica maior exploração, como muitos dos críticos da teoria da dependência apontam. O autor afirma que a exploração da força de trabalho ocorre pela apropriação por parte do capital de um produto excedente gerado pelos trabalhadores, no qual “A geração desse produto se dá pela diferença entre o valor da força de trabalho e o valor produzido acima daquele valor. Ou, dito de outra maneira, pela existência de um trabalho excedente acima do tempo de trabalho necessário” (Osorio, 2009b: 175). Enquanto que a superexploração é uma forma de exploração em que não se respeita o valor da força de trabalho.

Osorio (2009b) também esclarece que, em *Dialética da Dependência*, Marini diferencia a exploração sustentada no aumento da capacidade produtiva – que pode ser realizado respeitando o valor da força de trabalho e propiciando melhores salários e maior consumo (situação predominante nos países centrais) – das formas de exploração que se sustentam na redução do valor da força de trabalho (que predominam no mundo dependente).

Osorio (2009b:174) afirma que, se bem a superexploração não aparece no livro *O Capital*, o que gerou muitas críticas, não significa, no entanto, que Marx desconhecia o tema, e aponta que “[...] os limites que Marx se auto impõem por razões de método, a fim de desentranhar a lógica que organiza, articula e reproduz a economia burguesa, levam-no a não analisar o problema”.

Os mecanismos de superexploração da força de trabalho, que compensam as perdas de valor no mercado mundial e possibilitam a continuidade do processo de acumulação capitalista na periferia, são: o aumento da intensidade do trabalho, a

⁴ Marx desenvolve a categoria mais-valia e suas diversas manifestações, os capítulos 4,5 e 21, Livro 1, de *O Capital* (2009a, 2009b).

extensão da jornada de trabalho e a apropriação, por parte do capitalista, de parcela do fundo de consumo do trabalhador.

A primeira dessas formas de superexploração denota que, numa jornada de trabalho constante, o trabalho é intensificado e o trabalhador passa a produzir mais valor num mesmo espaço de tempo. Recorrentemente, a produtividade e a intensidade do trabalho são confundidas, principalmente porque ambas propiciam o incremento da produção, no entanto há algumas diferenças essenciais. A produtividade está associada às mudanças tecnológicas e à organização do trabalho, que, apesar de aumentar o desgaste da força de trabalho, a quantidade de trabalho utilizada é menor, dado que permite maior facilidade na produção. Esse processo não ocorre quando há variação na intensidade do trabalho, pois, assim como assinala Osorio (2012), com o aumento da intensidade o indivíduo trabalha mais rápido, em um ritmo maior, o que implica em maior esforço, e aumento da quantidade de mercadorias produzida em menos tempo há, portanto, uma maior quantidade de trabalho.

A extração de valor por meio do aumento da intensidade do trabalho se produz preferencialmente em empresas com elevado nível tecnológico e produtivo, no qual a duração da jornada de trabalho é a “normal” ou, inclusive, inferior à normal, pois, segundo Osorio (2012:58), “[...] é possível sustentar por longas horas e de maneira regular no tempo uma atenção recobrada como a que exige a intensificação do trabalho [...]”.

A extensão da jornada de trabalho é o aumento da mais-valia absoluta em sua forma clássica. Trata-se de aumentar simplesmente o tempo de trabalho excedente, que é aquele em que o operário continua produzindo depois de criar um valor equivalente aos dos meios de subsistência para seu próprio consumo (Marx, 2009b), de modo que ele “segue produzindo depois de ter criado um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo” (Marini, 2005: 123). É possível que a extensão da jornada de trabalho seja acompanhada de elevação dos salários, para repor o desgaste das horas extras. No entanto, com o tempo o desgaste físico e mental passa a não serem repostos pelo aumento do salário, e o trabalhador passa a perder sua vida útil. Como afirma Osorio: "Nesses casos, o capital está se apropriando hoje de anos futuros de trabalho, o que não só viola o valor da força de trabalho, mas implica a redução da vida

útil do trabalhador e de sua expectativa de vida de acordo com as condições normais dominantes" (2012:55).

Muitas vezes associado às empresas de baixo nível produtivo, o prolongamento da jornada é um mecanismo de extração de valor recorrente em países periféricos. Osorio (2012) aponta que as situações de crise, quando a classe trabalhadora está vulnerável, como nas atuais condições da mundialização financeira, estão associadas à extração de mais-valia absoluta. Os trabalhadores dos países centrais também sofrem nesse mesmo contexto, pois as transnacionalizações, nas quais as plantas produtivas se deslocam para as regiões periféricas reduzem a demanda por trabalho, obrigando-os a aceitar reduções salariais e extensão da jornada de trabalho.

A apropriação, por parte do capitalista, de parcela do fundo de consumo do trabalhador, é o mecanismo de extração de valor próprio e específico de países periféricos, no qual a classe capitalista se vê fortalecido ao impor uma queda nos salários a um nível inferior àquele correspondente ao valor da força de trabalho. Desse modo, a apropriação, de parcela do fundo de consumo do trabalhador, é, portanto, a expropriação de parte do trabalho necessário para repor a força de trabalho. Como afirmam Amaral e Carcanholo (2012:100), “Significa dizer, de maneira geral, que o trabalho se remunera abaixo de seu valor e isto, por si só, deixa patente a existência de superexploração”.

O valor da força de trabalho é a quantidade de trabalho socialmente necessário para sua reprodução. A quantidade de trabalho, por sua vez, será determinada pela magnitude do valor das mercadorias necessárias para reprodução de sua força de trabalho, mas também para a reprodução da família do trabalhador (Marx, 2009a). Osorio (2012) destaca que, se um trabalhador pode trabalhar por trinta anos sobre condições normais, o pagamento diário de sua força de trabalho lhe deve permitir sustentar-se de tal maneira que possa apresentar-se ao mercado de trabalho durante trinta anos ou viver aposentado em condições normais, e não abaixo delas.

O centro da acumulação do capitalismo da periferia está sustentado pela superexploração da força de trabalho, pois, assim como afirma Marini (2005:40), “o fundamento da dependência é a superexploração”. Essa maneira como o capitalismo se reproduz na periferia é acentuada pela existência de um amplo exército industrial de reserva, que submete os trabalhadores a uma situação de arrocho salarial (Marxb, 2009).

Para Osorio, a redução dos salários abaixo do valor da força de trabalho compensa as transferências de valor das regiões periféricas para o centro e acaba “[...] transformando parte do ‘fundo necessário de consumo do trabalhador’ em um ‘fundo de acumulação de capital’, dando origem a uma forma particular de reprodução capitalista e a uma forma particular de capitalismo: o dependente” (Osorio, 2012: 175). Em contrapartida, na periferia o consumo do trabalhador não é essencial para a reprodução do capital, pois o mercado interno é irrisório, já que o ciclo do capital se realiza no comércio exterior (Osorio, 2009a). Ambas condicionalidades explicam por que a redução dos salários abaixo do valor da força de trabalho é o mecanismo de extração de valor próprio e específico de países periféricos.

Importa frisar que o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana, juntamente com os valores de uso que ali se realizam, é determinante para os métodos de extração de trabalho excedente e configura um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração da força de trabalho através dos mecanismos de superexploração da força de trabalho, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva.

Os mecanismos de superexploração da força de trabalho são descritos por Marini de forma conjunta, e não como formas separadas de extração de valor, indicando que superexploração ocorre de maneira indireta, quando se aumenta a jornada ou se intensifica o trabalho; ou de maneira direta sobre o valor diário da força de trabalho, ou seja, quando há apropriação dos salários. Assim, os baixos salários, o prolongamento da jornada de trabalho e a intensificação do trabalho, que resulta na diminuição da vida útil total do trabalhador, representam um caso claro de apropriação dos anos futuros de trabalho do trabalhador.

Finalmente, é mister apresentar algumas considerações a respeito da relação entre superexploração da força de trabalho e a pobreza. Osorio (2016) esclarece que esta não tem nenhuma relação com a pobreza absoluta, mas sim com a pobreza relativa, na qual um indivíduo ou uma família tem o mínimo necessário para subsistirem, mas não possuem os meios necessários para viver de acordo com a área onde estão inseridos, nem com pessoas de *status* social comparável. Em condições de superexploração, os salários dos trabalhadores não permitem o consumo de bens necessários e bens sociais, prejudicando, portanto, a reprodução normal da força de trabalho e incrementando a pobreza relativa.

Considerando que a superexploração tem “conseqüências decisivas para a reprodução do capital e nas formas de inserção das economias latino-americanas no sistema mundial” (Osorio, 2016: 516), a pobreza relativa se torna elemento determinante para o funcionamento do capitalismo dependente. Deste modo, os problemas sociais e superexploração da força de trabalho agravaram o quadro de emergência social inerente à realidade latino-americana. A precarização do trabalho e a pobreza são os resultados da forma como as relações econômicas se reproduzem na região e que finalmente justificará a formulação de políticas sociais compensatórias e focalizadas, apenas criam condições para que o pobre se mantenha com condições de pobreza relativa, com acesso restrito a alguns nichos de consumo.

Nesse aspecto, aliar novo desenvolvimento e políticas de combate à pobreza vem originando uma nova sociabilidade que se funda na ideologia do consenso, defendendo a ampliação do capital e a satisfação de necessidades básicas para a sobrevivência dos pobres, mediante a possibilidade de estabelecer equilíbrio entre o crescimento e o desenvolvimento social.

3. AS FORMAS HISTÓRICAS DA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Como anteriormente esclarecido, as economias dependentes recuperam os valores perdidos nas trocas internacionais através da superexploração da força de trabalho, já que, para Marini, esta “constitui assim o princípio fundamental da economia subdesenvolvida” (2005: 32). Enquanto categoria teórica, a superexploração oferece diversas relações estabelecidas entre ideias e fatos, que são sintetizadas a partir dos padrões de reprodução do capital em um território específico: países dependentes.

Desse modo, além dos aspectos relacionados ao desenvolvimento do capital, e suas diversas formas de extração de valor, faz-se importante também analisar a formação econômica e política, pois os diferentes processos produtivos que determinam os diferentes consumidores, os diferentes mercados e as políticas estatais criam diversas formas de reprodução e valorização do capital. Por outro lado, a emergência, auge e declínio, de um padrão de reprodução, bem como a formação de um novo padrão, estabelecem projetos de reprodução do capital baseada em maior ou menor exploração do trabalho.

Esses aspectos da historicidade indicarão a importância da dinâmica econômica e política, e dos conflitos de classe, na reprodução do capital. Assim, incita-nos saber como, sob condições de dependência, a superexploração da força de trabalho se desenvolve historicamente na América Latina, de acordo com os diversos padrões de reprodução do capital. Dado que a superexploração é expressada pela queda dos preços da força de trabalho abaixo de seu valor, mediante o aumento da jornada, intensidade do trabalho e redução salarial, como esses três mecanismos se conjugam historicamente criando distintos regimes de regulação da força de trabalho.

Dos Santos (1978), nos seus primeiros estudos, sintetizou três formas históricas da dependência. A primeira seria a dependência colonial, dada quando a exportação de produtos primários era a atividade econômica principal e estava dominada pela aliança do capital comercial e financeiro europeu com os Estados colonialistas. A segunda forma de dependência se fortalece ao final do século XIX, e é a configuração da dependência no âmbito financeiro-industrial, caracterizado pela dominação do capital dos centros hegemônicos, que se expandiam por meio dos investimentos na produção nos países da periferia de matérias-primas e produtos agrícolas para consumo próprio. Na década de 1950, consolida-se a dependência tecnológica-industrial considerada a terceira forma histórica, baseada nas corporações multinacionais que investiam na indústria direcionada ao mercado interno dos países subdesenvolvidos.

Marini (2005) identifica três grandes períodos na economia latino-americana que vão determinar de maneira distinta as formas históricas, quais sejam: economia primário exportadora, a industrialização substitutiva de importações no pós-guerra e a globalização, fase que Marini apenas chega a esboçar. Marini (2008) entende a globalização como uma nova fase do capitalismo, na qual o desenvolvimento das forças produtivas e sua difusão internacional expressam a maturidade do mercado mundial, e na vigência cada vez mais intensa da lei do valor; e o neoliberalismo, enquanto modelo econômico, que criou as condições para a livre circulação de mercadorias e capitais. A globalização para Marini (2008) criará as condições para contrarrestar a crise do capitalismo, iniciada nos anos 1970, e a formação de uma nova divisão internacional do trabalho, no qual se inclui a participação de um “exército industrial globalizado”, e que, portanto determinará novas condições da dependência.

Analizamos as formas históricas da dependência em ordem; o modelo primário exportador, o modelo de substituição de importações, e o modelo neoliberal (nova fase da dependência latino-americana).

O modelo primário-exportador se desenvolve na América Latina entre 1850 e 1930, quando a exportação de produtos primários era a principal atividade econômica e estava dominada pela aliança do capital comercial e capital financeiro europeu, com os Estados colonialistas (Santos 1978). Marini (2005) indica que a superexploração da força de trabalho durante essa etapa, foi determinada por três condições: a deterioração dos termos de troca, no âmbito da concorrência internacional; a separação entre a produção de mercadorias consumidas pela força de trabalho e aquela dos setores exportadores; e o aumento do exército industrial de reserva por meio da utilização da mão de obra indígena e do fluxo migratório.

No âmbito do comércio internacional, entre 1850 e 1880, a América Latina aumenta a oferta de matérias-primas e produtos alimentícios, em decorrência do aumento da produtividade nas economias centrais. Logo, para suprir a demanda crescente, os países periféricos passam a empregar uma quantidade maior de força de trabalho, auferindo altas taxas de lucros, na medida em que o intercâmbio era estabelecido com base no valor. As altas taxas de lucros, juntamente com a emergência do capital financeiro e o excedente de capitais da economia internacional, aumentaram os investimentos externos nos países periféricos, resultando em aumento do endividamento, saldos negativos no balanço de pagamentos e deterioração dos termos de troca (a inversão de capitais deslocará o intercâmbio do valor para os preços de produção).

A massa de mais-valia gerada foi reduzida nas economias periféricas primeiramente pela elevação da composição orgânica do capital nos segmentos exportadores, impulsionada por políticas estatais de estímulo ao progresso técnico. Em seguida pela desvalorização dos preços das mercadorias – devido à busca por lucros extraordinários dentro do setor exportador –, juntamente à redução da demanda internacional-substituição de produtos primários por produtos sintéticos –, e políticas protecionistas nos países centrais.

A massa de mais-valia será recuperada por meio da redução salarial e aumento da jornada de trabalho, que acarreta o pagamento da força de trabalho baixo do valor de sua reprodução. O aumento da intensidade do trabalho não será um recurso adotado,

devido à baixa produtividade característica da economia primário exportadora. Ademais, as políticas estatais de imigração e a alienação da terra⁵ criaram as condições materiais para aumentar o excedente de força de trabalho. Portanto, a redução da massa de mais-valia, por fatores condicionados pela concorrência internacional, pela própria dinâmica interna das economias periféricas, conduziu à superexploração da força de trabalho como mecanismos de recuperação da taxa de lucro.

No final do século XIX e começo do século XX, o modelo primário-exportador na América Latina apresenta o seu esgotamento condicionado por sucessivas crises econômicas e guerras mundiais e por modificações na estrutura produtiva interna dos países da região. A Primeira Guerra Mundial e, posteriormente, a crise da década de 1930 repercutiram no continente por meio do encarecimento das importações e da diminuição do valor e quantidade das exportações, impossibilitando a viabilidade de tal modelo. Entre 1930 e 1950, o eixo de acumulação foi deslocado da agricultura para indústria, como forma de solucionar a crise internacional. Será nesse período que o modelo de substituição de importações tem seu auge.

Esse modelo demarcou o período desenvolvimentista, e inicia a partir da alta composição orgânica dos setores exportadores, direcionando-se ao combate à inflação, combate à deterioração dos termos de troca e à desvalorização cambial, e buscando implementar formas diversas de proteção do mercado interno. O modelo promoveu primeiro a substituição das importações de bens de consumo leves, logo dos insumos produtivos necessários, e mais tarde para o setor de produtos suntuários.

A relação capital-trabalho ocorre de forma distinta de acordo aos momentos do modelo de substituição de importações. Inicialmente, a superexploração se mantinha devido ao exército industrial de reserva, assim como no modelo primário-exportador. Devido à crise no modelo primário-exportador, a indústria passou a absorver o excedente de força de trabalho, o que permitiu reduzir os salários, aumentando a produtividade e intensificando o trabalho. No entanto, graças ao momento de crise internacional, a produção de bens suntuários estabelecia preços de mercado acima dos preços de produção, impactando positivamente a taxa de lucro, diminuindo a extração de valor via superexploração do trabalho (Marini, 2005).

⁵ Durante o fim do século XIX, ocorre a proliferação de núcleos urbanos, trazendo ao cenário político novos atores provenientes de uma base econômica e social distinta da que vigorava até então.

No segundo momento, entre os anos 1950 e 1970, o modelo de substituição de importações foi determinado pelo investimento direto estrangeiro no mercado interno (Martins, 2011:299), que, somadas à incorporação de tecnologia estrangeira, aumentou as remessas de excedentes ao exterior. O “avanço da contradição entre o aumento da composição orgânica do capital e a queda da massa de mais-valia global produzida nos países dependentes” (Martins, 2011: 299) criaram a base para a superexploração do trabalho, que se apresentará de forma distinta, de acordo com a composição orgânica de cada setor. Em grandes indústrias, o aumento da intensidade do trabalho predomina como forma de extração de valor, enquanto que, em pequenas e médias indústrias, a redução dos salários é o mecanismo mais utilizado (Martins, 2011: 300).

As dificuldades que o grande capital encontrará nos países dependentes, que implicou em redução da massa de mais-valia, devido ao aumento da composição orgânica do capital, formarão um novo padrão de reprodução capitalista tanto nos países dependentes quanto na economia mundial, cuja raiz se encontra no chamado processo de globalização neoliberal. Na América Latina, a estratégia neoliberal tem início nos anos 1970, com experiências pioneiras no Cone Sul, durante as ditaduras cívico-militares, se acentua nos anos 1980 com os programas de ajustes formulados pelos organismos internacionais (FMI e Banco Mundial), e se concretiza nos anos 1990, com o Consenso de Washington, resultando no processo de liberalização e abertura de mercados, privatização de setores estratégicos, desnacionalização, aprofundamento da vulnerabilidade externa, etc.

O neoliberalismo criou uma nova fase da dependência latino-americana, uma vez que redefiniu a divisão internacional do trabalho e pressionou as antigas periferias a participarem da mundialização financeira (Carcanholo, 2014)⁶, adotando medidas econômicas de cunho liberal, expondo as economias às vicissitudes da especulação e às crises econômicas.

No entanto, o predomínio do capital fictício sobre o capital produtivo (Carcanholo; Nakatani, 2007), característico da mundialização financeira, encontra dificuldades cada vez maiores para produzir valor ou riqueza social; por isso, recorrer à superexploração do trabalho é uma forma de recuperar o lucro perdido. As recorrentes

⁶“A expressão ‘mundialização financeira’ designa as estreitas interligações entre os sistemas monetários e os mercados financeiros nacionais, resultantes da liberalização e desregulamentação adotadas inicialmente pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido, entre 1979 e 1987, e nos anos seguintes pelos demais países industrializados” (Chenais, 1998:12).

crises financeiras degradam as condições de trabalho, aumentando os problemas sociais nos países da América Latina, levando à intensificação da pobreza e elevação do desemprego.

No mundo do trabalho, os impactos das políticas neoliberais foram desastrosos, devido à desregulamentação do trabalho, à flexibilidade laboral e à precarização do trabalho. A articulação desses elementos ilustra sob atual regime laboral adotado em quase todo o mundo. A nova organização social precária é conformada por um regime trabalhista com direitos reduzidos ou sem eles, e esse regime pode ser constatado em duas formas de flexibilidade do trabalho. A primeira se relaciona com a adaptação dos mercados de trabalho à inovação tecnológica e aos volúveis ritmos do ciclo econômico, reestruturando a organização do processo de trabalho e a distribuição dos trabalhadores nas cadeias produtivas, terceirização e flexibilidade externa. A segunda é tornando mais competitivas as empresas, com aumento da intensidade do trabalho, a diminuição dos salários e desregulamentação das condições de proteção dos trabalhadores. Essa forma negativa da flexibilidade laboral vai aumentando quando não existem contrapesos políticos por parte dos sindicatos para frear as tendências depredadoras da reestruturação.

Sotelo Valencia (2004), para quantificar a precarização do trabalho, toma as seguintes categorias: a primeira categoria supõe “subemprego potencial”, que são aqueles empregos de tempo completo, mas com ingressos insuficientes para seus trabalhadores. Segundo dados da CEPAL/OIT (2015), calcula-se que entre 20% e 40% da população ocupada na América Latina em jornada integral ou completa (45 horas, em média) recebe um salário inferior ao considerado como média da “linha de pobreza *per capita*”, que flutua entre 170 e 200 dólares por mês. Ademais, essa porcentagem de ocupados com salário inferior ao da linha de pobreza aumentou até 40% e 60% para aquelas pessoas que trabalham em tempo integral com menos de 10 anos de estudo e menor qualificação.

A segunda modalidade se capta através do fenômeno de “sobreocupação”, que nas zonas urbanas da América Latina leva a aproximadamente 30% dos ocupados a trabalharem acima de 50 horas semanais; ou seja, 15% acima da jornada considerada como “normal” (44 horas, em média por semana). Desse total, entre 20% e 33% supera as 65 horas semanas, para obter um salário apenas 20% mais alto ao da “linha de pobreza” (entre 204 e 240 dólares). A média na América Latina é superior a 6% da

população de zonas urbanas que acima do limite do trabalho considerado normal e que é de 44 horas.

Finalmente, a terceira modalidade se refere ao “subemprego visível”, constituído por todas as pessoas que se vêem obrigado a trabalhar em média 20 horas semanais, em condições precárias, bem abaixo da jornada legal. Sotelo (2004) explica que existem quatro indicadores que confirmam o “subemprego visível”: trabalhadores que trabalham menos de 35 horas por semana, mesmo que desejando trabalhar mais; trabalhadores ocupados que recebem um salário abaixo do mínimo legal; trabalhadores que não estão amparados pela legislação social e laboral; aumento da taxa de desemprego aberto. Dados da OIT (2015) indicam que em Argentina 9,6% dos ocupados estão subocupados, em Chile 11,3%, em Colômbia 10,6%, em México 8,1% e em Peru 11,3%, o que indica que os ocupados que trabalham menos horas, que o mínimo estabelecido a nível nacional, mas que desejam trabalhar mais permanece expressiva em alguns países da região.

Juntamente com a precarização, o trabalho informal está crescendo rapidamente em todos os países, especialmente nos países em desenvolvimento, o que é sinônimo de ausência de direitos e inexistente proteção social. A maioria das pessoas entra na economia informal – que se desenvolve fora dos marcos legais– porque não podem encontrar emprego no setor formal e, ao mesmo tempo, não podem se permitir o desemprego absoluto. Um dado importante é que as próprias empresas transnacionais estão estimulando a economia informal, movidas por suas políticas de competição, redução de custos e maiores lucros. Da produção concentrada em apenas uma grande fábrica, as empresas transnacionais passaram ou estão passando à descentralização da produção sob o conceito da “especialização flexível”, criando unidades de produção menores, algumas das quais não estão registradas ou são informais.

Os dados da OIT (2015) sobre as condições de trabalho na América Latina, indicam que em 2014, com respeito a 2013 o emprego por conta própria (não assalariado) cresceu mais rapidamente que o emprego assalariado, aumentando sua participação no emprego total urbano de 25,6% a 26%. Por sua parte, o emprego assalariado se reduziu de 65,7% a 65,1%. Concomitantemente, outro indicador da redução da qualidade de emprego é a queda absoluta do emprego registrado (CEPAL/OIT, 2016), em especial no Brasil (- 2,0%) e Uruguai (- 1,5%). A alta presença do emprego por conta própria e de emprego não registrado são uma característica de

muitos países da região, está associado a condições laborais menos favoráveis para os trabalhadores, sinalizando a alta presença de informalidade laboral.

Desse modo, o trabalho informal já não pode ser considerado um assunto marginal ou temporário, já que atualmente envolve a metade dos trabalhadores de todo o mundo. Sotelo Valencia (2003) argumenta que os “novos paradigmas do trabalho” são mecanismos utilizados para extrair maior quantidade de valor e mais-valia dos trabalhadores, já que estão presentes tanto na economia formal como na informal, ambas de qualquer maneira articuladas e identificadas com a precariedade. São paradigmas que em países latino-americanos buscam restringir os direitos dos trabalhadores, através da reforma de leis trabalhistas.

A ascensão de governos populares na América Latina, a partir dos anos 2000, criou uma ilusão de que um período pós-neoliberal estava se formando (Sader, 2013). Contudo, o que se viu foi o fortalecimento do capital fictício e também do capital exportador, aumentando a dívida pública, promovendo um processo de integração regional subimperialista (Carcanholo, 2014), acentuando, portanto, a dependência a nível mundial, e a nível regional. O processo de dependência vem sendo intensificado desde a crise econômica de 2008/2009, que explode nos países centrais, e cujas consequências são mais fortes em regiões dependentes, haja visto que em 2015, segundo dados da CEPAL/OIT (2016), a taxa de desemprego urbano na América Latina subiu 6,5 %, agravando as condições de trabalho. As projeções de recuperação econômica para 2016, e anos seguintes, são pouco auspiciosas, o que indica que o aumento do desemprego permanecerá, juntamente com a piora da qualidade de emprego, e finalmente com o crescimento da superexploração da força de trabalho.

REFLEXÕES FINAIS

As formas históricas da dependência indicam que a superexploração, para além de uma categoria teórica, pertence à formação econômica e social da América Latina, ao longo dos padrões de reprodução adotados na região.

À luz das primeiras ideias expostas, e as reflexões sobre o mundo do trabalho, nos marcos da mundialização financeira, na nova fase histórica da dependência, a fase neoliberal, as atividades propriamente financeiras adquirem maior importância, na qual as economias dependentes se tornam reféns da “ciranda financeira” internacional. Nessa nova fase histórica da dependência, foram apresentadas algumas reflexões sobre a

intensificação da superexploração do trabalho através da informalidade, flexibilidade e desregulamentação, que são os efeitos do processo de precarização do trabalho, associado à reestruturação produtiva, portanto formas atuais de superexploração da força trabalho. O que nos leva a concluir que superexploração da força de trabalho é a resposta da periferia para o desenvolvimento capitalista, que resulta na distribuição regressiva da renda e da riqueza, assim como aprofundamento dos problemas sociais.

REFERÊNCIAS

Carcanholo, M. (2014). Desafios e Perspectivas para a América Latina do Século XXI. *Argumentum*, Vitória (ES/Brasil), v. 6, n. 2, jul./dez.

Carcanholo, R. (Org.). (2011). *Capital: Essência e Aparência*. São Paulo: Expressão Popular, v.1.

Carcanholo, R.; Nakatani, P. (2007). Capitalismo especulativo e alternativas para América Latina. *Herramienta*, Buenos Aires, n. 35, junho.

Comisión Económica para América Latina y Caribe; Organización Internacional del Trabajo (2015). Protección social y generación de empleo: análisis de experiencias derivadas de programas de transferencias con corresponsabilidad. In: *Documentos de Proyecto*. N 398. Santiago de Chile, 2011. Disponível em: <<http://www.cepal.org/es/publicaciones/3871-proteccion-social-y-generacion-de-empleo-analisis-de-experiencias-derivadas-de>>. Acesso em: 02 out.2015

Comisión Económica para América Latina y Caribe; Organización Internacional del Trabajo (2016). Coyuntural Laboral en América Latina y Caribe: mejoras recientes y brechas persistentes en el empleo rural. In: *Documentos de Proyecto*. N 14, Santiago de Chile, 2016. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---sro-santiago/documents/publication/wcms_480311.pdf>. Acesso em: 02 out. 2016.

Comisión Económica para América Latina y Caribe (2015). *Eslabones de la desigualdad: Heterogeneidad estructural, empleo y protección social*. Santiago de Chile, 2012. Disponível em: <<http://www.cepal.org/es/publicaciones/27973-eslabones-la-desigualdad-heterogeneidad-estructural-empleo-proteccion-social>>. Acesso em: 02 out. 2016.

Chesnais, F. (Org.). (1998). *A Mundialização Financeira*. São Paulo: Xamã.

Marini, R.(2005). Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Orgs.). *Ruy Mauro Marini. Vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, p.137-180.

_____.(2005)Sobre a Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Orgs.). *Ruy Mauro Marini. Vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, p.181-194.

_____.(2008) Proceso y tendencias de la globalización capitalista. En publicación: *América Latina, dependencia y globalización*. Fundamentos conceptuales Ruy Mauro

Marini. Antología y presentación Carlos Eduardo Martins. Bogotá: Siglo del Hombre - CLACSO, 2008.

Martins, C. (2011). *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo Editorial.

Marx, K. (2009a). *El Capital*. Buenos Aires: Siglo XXI Argentina, t. I, v. 1.

_____.(2009b).*El Capital*. Buenos Aires: Siglo XXI Argentina,t. I, v. 2.

_____. (2009c).*El Capital*. Buenos Aires: Siglo XXI Argentina, t. I, v. 3.

_____. (2009d).*El Capital*. Buenos Aires: Siglo XXI Argentina, t. III, v. 6.

Organización Internacional del Trabajo (2015). *Panorama Laboral 2015 América Latina y Caribe*. Lima. Disponible em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_435169.pdf>. Acesso em: 02 out. 2016.

Osorio, J.(2009a). *Explotación redoblada y actualidad de la revolución*. México DF: UAM-X.

_____.(2009b). Dependência e Superexploração. In: SANTOS, Theotonio; SADER, Emir (Coords). *A América Latina e os desafios da globalização*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, p.167-188.

_____. (2012). Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.). *Padrão de Reprodução do Capital*. São Paulo: Boitempo editorial, p.37-86.

_____. (2016). Sistema Mundial e formas de capitalismo: A Teoria da Dependência Revisitada. *Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 494-539, fevereiro.

Sader, E.(2013).A construção da hegemonia pós-neoliberal. In: SADER, Emir (Org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo, p.135-144.

Santos, T.(1978).*Imperialismo y dependência*. México: ERA.

Sotelo, A.(2003).*La reestructuración del mundo del trabajo, superexplotación y nuevos paradigmas de la organización del trabajo*. México: Ítaca/Universidad Obrera de México/Escuela Nacional para Trabajadores, Morelia.

_____.(2004).*Desindustrialización y crisis del neoliberalismo, maquiladoras y telecomunicaciones*. México: P y V.

_____.(2009).Neoimperialismo, dependência e novas periferias na economia mundial, In: SANTOS, Theotonio; SADER, Emir (Coords.). *A América Latina e os desafios da globalização*. Rio de Janeiro: PUC- Rio, p. 110-133.